ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Unipar Carbocloro S.A., distribuídas da seguinte forma:

- 1. Contexto operacional
- 2. Base de preparação das demonstrações financeiras
- 3. Resumo das principais práticas contábeis
- 4. Estimativas e julgamentos contábeis
- 5. Gestão de risco financeiro
- 6. Instrumentos financeiros por categoria
- 7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros
- 8. Caixa e equivalente de caixa
- 9. Aplicações financeiras
- 10. Duplicatas de clientes a receber
- 11. Impostos a recuperar
- 12. Estoques
- 13. Depósitos judiciais
- 14. Outros ativos
- 15. Investimentos
- 16. Imobilizado
- 17. Intangível
- 18. Empréstimos e financiamentos
- 19. Energia Elétrica
- 20. Demandas judiciais
- 21. Outros passivos
- 22. Participação nos lucros e resultados
- 23. Imposto de renda e contribuição social
- 24. Obrigações com benefícios aos empregados
- 25. Capital social
- 26. Reservas de lucros
- 27. Receita operacional líquida
- 28. Despesas por natureza
- 29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas
- 30. Resultado financeiro
- 31. Resultado por ação básico
- 32. Dividendos
- 33. Compromissos
- 34. Obrigações com arrendamento mercantil
- 35. Transações com partes relacionadas
- 36. Cobertura de seguros
- 37. Eventos subsequentes

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Companhia" ou "Unipar") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo - SP, com ações negociadas na BM&FBOVESPA. A Companhia é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha" ou "Controladora") que, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, possuía 19,11% do capital da Unipar e 57,30% de suas ações ordinárias. A Companhia tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica.

A Unipar também possui participação na Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. ("Tecsis" ou "Coligada"), fabricante de pás para geradores de energia eólica. Em 31 de dezembro de 2015, a participação direta da Unipar no capital da Coligada é de 17,78% (25,17% em 31 de dezembro de 2014). Durante o mês de junho de 2015, a Tecsis passou por um processo de reestruturação de sua dívida e capital, o que acarretou na redução de participação da Companhia no capital da Coligada. Maiores detalhes sobre estes eventos podem ser vistos na Nota Explicativa nº 15.

Em 14 de dezembro de 2015, a Vila Velha comunicou sua intenção de realizar oferta pública de aquisição das ações da Unipar ("OPA") em circulação no mercado, com o objetivo de cancelar o registro de Companhia de capital aberto. Desde então, a Controladora vem estudando formas de atuação em relação à Unipar caso a OPA seja realizada com sucesso. Os fatos relevantes que indicam as possibilidades de atuação oficialmente comunicadas pela Controladora estão disponibilizados nos sistemas de divulgação de informações da CVM, da BM&F Bovespa e no website de relações com investidores da Companhia.

Em 26 de fevereiro de 2016, a Unipar publicou fato relevante informando o recebimento, naquela data, do laudo de avaliação do valor das ações objeto da OPA, preparado pelo Banco Santander. Tal laudo também encontra-se disponibilizado nos sistemas de divulgação de informações da CVM, da BM&F Bovespa e no website de relações com investidores da Companhia.

Em 14 de março de 2016, através de outro fato relevante publicado, a Unipar comunicou que um de seus acionistas, detentor de mais de 10% das ações da Companhia em circulação no mercado, solicitou a convocação, pelo Conselho de Administração da Unipar, de assembleia geral especial de acionistas titulares de ações em circulação no mercado. A assembleia em questão foi convocada em 21 de março de 2016 e será realizada em 12 de abril de 2016 para deliberar sobre a realização de nova avaliação para determinação do valor justo das ações da Companhia, objeto da OPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

É importante ressaltar que a realização da oferta pública está condicionada, dentre outros fatores, às aprovações societárias necessárias, à aprovação do pedido de cancelamento do registro de Companhia de capital aberto pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e à obtenção de empréstimo, pela Controladora, para financiar a aquisição das ações objeto da OPA. Dadas todas estas condições precedentes, não é possível assegurar que a oferta será realizada ou que o cancelamento de registro de empresa aberta efetivamente ocorrerá.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas práticas que compreendem as disposições previstas na Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela CVM, e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, na preparação das demonstrações financeiras separadas, no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Nas práticas contábeis adotadas no Brasil o registro era feito por meio do método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS era feito pelo custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto no que tange às demonstrações separadas de acordo com as IFRS. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão aqui evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua coligada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação--Continuação

Operações em moeda estrangeira são inicialmente reconhecidas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data de apresentação de cada balanço. Quando a operação é liquidada, é feita a conversão para Reais com base na taxa de câmbio utilizada para o encerramento da transação.

Os ganhos e as perdas cambiais atrelados aos itens em moeda estrangeira são registrados separadamente na demonstração do resultado, em receitas ou despesas financeiras.

2.2. Classificação de ativos e passivos segundo o grau de liquidez e exigibilidade

Ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, que devem sempre ser classificados como não circulante, de acordo com o estabelecido no parágrafo 56 do pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

2.3. Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.4. Comparabilidade das informações financeiras

Para fins de melhor comparabilidade entre os saldos dos exercícios de 2015 e 2014, a Companhia realizou algumas reclassificações nos saldos apresentados ao final do exercício de 2014, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Comparabilidade das informações financeiras--Continuação

Demonstração do resultado do exercício

		2014	
	Apresentado	(a)	Reapresentado
Receita operacional líquida Custo dos produtos vendidos	776.483 (422.541)	- (3.279)	776.483 (425.820)
Lucro bruto	353.942	(3.279)	350.663
Despesas com vendas Despesas administrativas Outras despesas operacionais, líquidas Resultado de equivalência patrimonial	(83.791) (115.432) (15.224) (3.205)	3.279 - -	(83.791) (112.153) (15.224) (3.205)
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	136.290	-	136.290
Receitas financeiras Despesas financeiras	29.025 (90.519)	-	29.025 (90.519)
Despesas financeiras, líquidas	(61.494)	-	(61.494)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	74.796	-	74.796
Imposto de renda e contribuição social	(9.205)	-	(9.205)
Lucro líquido do exercício	65.591	-	65.591

⁽a) A partir do exercício de 2015, a Unipar passou a registrar os valores de participação nos lucros dos empregados diretamente relacionados à produção na rubrica de "Custo dos produtos vendidos". Essa prática permite uma melhor segregação entre os gastos diretamente relacionados à produção e aqueles relativos às despesas gerais e administrativas. De forma a manter a consistência de apresentação de seus números, também foram reapresentados, na Nota Explicativa nº 28, os saldos das contas de custo dos produtos vendidos e despesas administrativas do ano de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Comparabilidade das informações financeiras--Continuação

Demonstração do valor adicionado

		20	14	
	Apresentado	(a.1)	(a.2)	Reapresentado
Receitas Vendas brutas de produtos e serviços Resultado na venda de ativos imobilizados	1.015.684	-	-	1.015.684
e outros Provisão para créditos de liquidação	11.580	-	-	11.580
duvidosa	(6.701)	-	-	(6.701)
	1.020.563	-	-	1.020.563
Insumos adquiridos de terceiros Custo dos produtos vendidos, das				
mercadorias e dos serviços prestados	(252.140)	(88.289)	-	(340.429)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(169.999)	-	(37.692)	(207.691)
Perda/recuperação de valores ativos	(13.598)	(00.200)	(27.602)	(13.598)
	(435.737)	(88.289)	(37.692)	(561.718)
Valor adicionado (subtraído) bruto Depreciação e amortização	584.826 (46.909)	(88.289)	(37.692)	458.845 (46.909)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	537.917	(88.289)	(37.692)	411.936
Valor adicionado recebido em transferência Resultado de equivalência patrimonial Receitas financeiras Outros	(3.205) 29.025 14	- - -	- - -	(3.205) 29.025 14
Valor adicionado total a distribuir	563.751	(88.289)	(37.692)	437.770
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	(107.757)	-	-	(107.757)
Honorários de diretoria e conselhos	(10.256)	-	-	(10.256)
Federais	(106.654)	25.086	20.455	(61.113)
Estaduais Municipais	(151.250) (1.680)	63.203	17.237	(70.810)
Juros e variações cambiais	(90.519)	-	-	(1.680) (90.519)
Aluguéis	(1.277)	-	_	(1.277)
Outros	(28.767)	<u>-</u>	-	(28.767)
Dividendos	(15.578)	_	-	(15.578)
Lucros retidos	(50.013)	-	-	(50.013)
Valor adicionado distribuído	(563.751)	88.289	37.692	(437.770)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Comparabilidade das informações financeiras--Continuação

Demonstração do valor adicionado--Continuação

(a.1) e (a.2) Referem-se aos tributos recuperáveis PIS, COFINS e ICMS, incluídos no preço de compra de insumos. Em 2014, tal como normalmente apresentado na demonstração do resultado do exercício, estes valores foram registrados como redutores das contas "Custos dos produtos vendidos" e "Materiais, energia e serviços de terceiros". Ocorre que, para fins de preparação da demonstração do valor adicionado, o parágrafo 15 do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) requer que tais créditos de impostos sejam registrados como contas redutoras dos impostos devidos. Sendo assim, a Companhia reclassificou os saldos apresentados em 2014.

Demonstração do fluxo de caixa

	2014	(a)	2014
			(reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	65.591	-	65.591
Ajustes ao lucro líquido			
Depreciação e amortização	46.909	-	46.909
Resultado na alienação e baixas de ativos	(11.580)	-	(11.580)
Provisão de contingências judicias	29.153	-	29.153
Reversão e baixas de depósitos e demandas			
judiciais	(2.699)	-	(2.699)
Variações monetárias para depósitos e demandas			
judiciais	(2.797)	-	(2.797)
Provisão de juros e outros encargos s/ empréstimos	89.832	-	89.832
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.701	-	6.701
Provisão para ajustes de estoques	(706)	-	(706)
Resultado de equivalência patrimonial	3.205	-	3.205
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.163)	(18.060)	(4.103)
	201.446	(18.060)	219.506
Variações nos ativos e passivos			
Resgates de aplicações financeiras mantidas para			
negociação	269.724	-	269.724
Aplicações financeiras - mantidos para negociação	(273.500)	-	(273.500)
Estoques	(4.996)	-	(4.996)
Duplicatas a receber de clientes	(3.975)	-	(3.975)
Impostos a recuperar	42.135	18.060	24.075
Outros ativos	(2.480)	-	(2.480)
Fornecedores	496	-	496
Salários e encargos sociais	7.210	-	7.210
Impostos, taxas e contribuições	1.713	-	1.713
Obrigações de benefícios aos empregados	2.308	-	2.308
Outros passivos	(20.148)	-	(20.148)
	18.487	18.060	427

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Comparabilidade das informações financeiras--Continuação

Demonstração do fluxo de caixa--Continuação

	2014	(a)	2014
			(reapresentado)
Caixa gerado pelas operações	219.933	-	219.933
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.094)	-	(1.094)
Caixa líquido gerado pelas atividades			
operacionais	218.839	-	218.839
Caixa líquido aplicado nas atividades de		-	
investimento	(32.413)	-	(32.413)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(400.044)		(400.044)
atividades de financiamento	(198.614)	-	(198.614)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de			
caixa, líquidos	(12.188)	-	(12.188)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.943	-	49.943
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.755	-	37.755

⁽a) Refere-se à reclassificação do montante de R\$18.060 da linha de imposto de renda e contribuição social diferidos, que compõem o grupo de ajuste ao lucro líquido, transferido para a linha de impostos a recuperar, que compõem o grupo de variações nos ativos e passivos. Essa reclassificação foi motivada pela melhor composição da despesa total de imposto de renda e contribuição social dos períodos de 2015 e 2014 conforme evidenciada na Nota 23.

2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2016.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Tais ativos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

3.2. Ativos financeiros

3.2.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento; e
- Empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Em adição a esse valor são acrescidos os custos da transação, exceto para aqueles ativos financeiros classificados como mantidos para negociação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade desses ativos.

a) Valor justo por meio do resultado

São instrumentos mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos quando utilizados pela Companhia, mesmo tendo a finalidade de proteção aos riscos corporativos, também são classificados nesta categoria, pois não satisfazem os critérios para o *hedge accounting*.

Os ativos dessa categoria são registrados pelo valor justo, sendo os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Ativos financeiros--Continuação

3.2.1. Classificação e mensuração--Continuação

b) Mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tenha intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A apropriação dos juros efetivos é incluída na demonstração de resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Estão classificadas nesta categoria as debêntures adquiridas da coligada Tecsis.

c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, duplicatas a receber de clientes e demais contas a receber.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A apropriação dos juros efetivos é incluída na demonstração de resultado, na rubrica "Resultado financeiro".

3.2.2. Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços de compra da data-base das demonstrações financeiras. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e a análise de fluxos de caixa descontados. As técnicas de avaliação fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da Unipar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Ativos financeiros--Continuação

3.2.3. <u>Impairment de ativos financeiros</u>

Para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e empréstimos e recebíveis, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

Uma provisão para *impairment* é reconhecida na ocorrência de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial dos ativos, que possam afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros estimados. O efeito negativo nesses fluxos de caixa deve ser estimado de maneira confiável.

Os principais indicadores usados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que afete negativamente os fluxos de caixa esperados para o ativo; e
- (iv) Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados. Na determinação destes fluxos de caixa, excluem-se os prejuízos de crédito futuro ainda não incorridos e é utilizada a taxa de desconto original dos ativos financeiros. No caso de empréstimos e recebíveis, a provisão para *impairment*, também chamada de provisão para créditos de liquidação duvidosa, é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de arrecadar todos os valores devidos na transação.

Se, em um período subsequente, uma melhoria nos indicadores apontar para a diminuição ou mesmo eliminação da perda por *impairment*, a reversão dessa perda registrada anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Ativos financeiros--Continuação

3.2.4. Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- (ii) A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse". Importante mencionar que para realizar a baixa do ativo nestas situações ou a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo ou a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigida da Companhia na operação, dos dois, o menor.

3.3. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de formação ou aquisição e seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio por item de estoque.

Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção. A apropriação destes custos considera o cenário normal de produção de planta. Eventos extraordinários de ociosidade da fábrica ou ineficiências de produção são contabilizados diretamente no resultado, se incorridos.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados para finalização dos produtos e os custos estimados necessários para efetuar sua venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Estoques--Continuação

O estoque de materiais de manutenção, composto substancialmente por peças sobressalentes, é registrado ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para giro lento de estoques, considerando o montante que a Companhia espera recuperar pelo uso futuro dos ativos em suas operações.

3.4. Tributos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

3.5. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos monetariamente conforme a legislação vigente.

Os depósitos judiciais feitos para garantir disputas nas quais a Companhia encontra-se no polo passivo e cuja probabilidade de perda da causa é provável encontram-se registrados no grupo de provisões para demandas judiciais, como contas redutoras dos passivos constituídos. Os demais depósitos encontram-se classificados no ativo da Companhia.

3.6. Combinações de negócios

São contabilizadas utilizando-se o método de aquisição. Compõem o custo de aquisição o valor da contraprestação transferida, avaliada a valor justo, na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia avalia a participação de não controladores a valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa, quando incorridos.

Nas combinações de negócios, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado o valor justo e na data de aquisição da participação adicional. Os impactos desta reavaliação são reconhecidos na demonstração do resultado da adquirente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Combinações de negócios--Continuação

Em toda a combinação de negócios, é feita a comparação de saldos entre a contraprestação transferida e o valor dos ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo do acervo líquido adquirido, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Se for maior, o saldo deve ser reconhecido como ágio.

Após seu reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado em uma ou mais Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"). Essa alocação ocorre nas unidades geradoras de caixa que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação de negócios. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser baixado proporcionalmente e incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O valor recuperável da parcela remanescente do ágio não alienado continua a ser testado para *impairment* anualmente.

3.7. Ativos intangíveis de vida útil definida

Na Companhia, os principais ativos classificados nesta categoria referem-se aos softwares.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Os gastos diretamente associados ao seu desenvolvimento, ao atenderem determinadas condições, podem ser capitalizados. Entre essas condições estão:

- (i) Os programas de computador devem ser identificáveis;
- (ii) Controlados pela Companhia; e
- (iii) Os benefícios econômicos dos gastos com seu desenvolvimento devem ser maiores do que seus custos e abrangerem um período superior a um ano.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e despesas gerais diretamente relacionadas a este desenvolvimento. Esses saldos são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis.

As licenças adquiridas são registradas pelo seu custo de aquisição e amortizadas durante seu prazo contratual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Ativos intangíveis de vida útil definida--Continuação

Outros gastos que não atendam aos critérios citados anteriormente são reconhecidos como despesas, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento de softwares capitalizados são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis.

3.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos de aquisição/construção incluem gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para seu uso. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos.

Gastos subsequentes são incluídos no custo do ativo, ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente se puderem ser mensurados com confiança e quando for provável que gerem benefícios econômicos futuros por mais de um exercício social.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Reparos e manutenções corriqueiras, ou seja, aqueles eventos que não prolongam a vida útil do ativo em questão são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear durante sua vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil desses ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização. Tais ativos são testados anualmente para verificar se há evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*) de seu valor. Para os ativos que estão sujeitos à amortização, o teste de *impairment* é feito sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O teste de *impairment* compara o valor contábil do ativo com seu valor recuperável. Este último é definido como o maior montante entre preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de itens para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Quando o valor recuperável de um ativo é menor do que seu valor contábil, é constituída provisão para perdas, em contrapartida ao resultado do exercício. No caso do ágio, qualquer provisão para perdas constituída é irreversível. Para os demais ativos não financeiros, caso os testes indiquem que a provisão para *impairment* não é mais necessária, essa provisão pode ser revertida.

3.10. Passivos financeiros

3.10.1. Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado (para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial);
- Empréstimos e financiamentos.
- a) Valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Passivos financeiros--Continuação

3.10.1. Classificação -- Continuação

b) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.10.2. Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, resultante de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar esta obrigação. Além dos pré-requisitos já citados, uma provisão deve ser constituída somente quando uma estimativa confiável do valor da saída de recursos puder ser preparada.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas.

As provisões são registradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando taxa de desconto antes dos efeitos de impostos sobre a renda, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Benefícios aos empregados

3.12.1. Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera planos de pensão nas modalidades de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar eventuais benefícios futuros esperados pelos empregados. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes".

3.12.2. Assistência médica pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários um benefício de plano de saúde pósaposentadoria. O benefício é concedido quando, de forma cumulativa: (i) o funcionário tenha seu contrato de trabalho rescindido; e (ii) já esteja aposentado pela previdência oficial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Benefícios aos empregados--Continuação

3.12.2. Assistência médica pós-aposentadoria--Continuação

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil utilizada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

3.12.3. Participação nos lucros

A Companhia provisiona mensalmente o valor estimado da participação de empregados nos lucros, em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores e os resultados atingidos pela Unipar.

3.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social também são reconhecidos no resultado abrangente ou no patrimônio líquido.

3.13.1. Saldos correntes

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. Periodicamente, a Administração avalia as posições assumidas pela Companhia nas situações em que a regulamentação fiscal dá margem a interpretações e estabelece provisões com base nas estimativas dos valores a serem pagos às autoridades fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

3.13.2. Saldos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (i) os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados e (ii) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda diferido é determinado usando-se as alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelos órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida quando há direito de compensar tais valores. Isto ocorre quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável, sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

3.14. Reconhecimento da receita

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida (ou a receber) pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os valores das receitas e dos custos podem ser mensurados com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Unipar; e (iii) os riscos e benefícios associados a transação são substancialmente transferidos ao comprador.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Quando a Companhia compra ações do próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Unipar até que as ações sejam canceladas ou renegociadas. Na renegociação, o valor recebido, considerando custos adicionais da transação diretamente atribuíveis (líquidos de impostos) é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Unipar. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação objeto da transação é reconhecida em reservas de capital.

3.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, incluindo os juros sobre o capital próprio, para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data de sua aprovação, em Assembleia Geral de Acionistas, ou na data de seu pagamento, se for anterior.

3.17. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são a seguir apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 01/01/2018) - tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

<u>IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (vigência a partir de 01/01/2018)</u> - o principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015--Continuação

Alteração IFRS 11 - Negócios em Conjunto (vigência a partir de 01/01/2016) - a entidade participante de uma *joint venture* deve aplicar os princípios relevantes relacionados à combinação de negócios, inclusive no que diz respeito as divulgações requeridas.

Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (vigência a partir de 01/01/2016) - método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.

Alterações IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidade de Investimento - Exceções à Regra de Consolidação (vigência a partir de 01/01/2016) - dentre outros esclarecimentos, ficou estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado dos seus investimentos.

Alterações na IFRS 10 e na IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto (vigência a partir de 01/01/2016) - as alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultante da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, como definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou *joint venture*, é reconhecido(a) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultante da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, é reconhecido somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou *joint venture*.

IFRS 7 - Contratos de Serviços (vigência a partir de 01/01/2016) - contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem as definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).

Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas (vigência a partir de 01/01/2016) - as alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, *joint ventures* e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015--Continuação

Alteração IAS 1 (vigência a partir de 01/01/2016) - tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão. A Companhia adotou antecipadamente o referido pronunciamento.

<u>IFRS 16 - Arrendamento Mercantil (vigência a partir de 01/01/2019)</u> - tem o objetivo de unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de 12 meses ou um valor imaterial. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas informações contábeis intermediárias que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essa alteração tenha um efeito relevante sobre as informações contábeis intermediárias a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativas e julgamentos contábeis--Continuação

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando os resultados reais forem conhecidos são apresentadas a seguir:

a) Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, o resultado de julgamentos em tribunais superiores podem criar jurisprudências que difiram do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade das próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Mudanças nas condições de mercado, a descoberta de outras técnicas de avaliação ou até mesmo o surgimento de instrumentos similares cotados em mercados ativos podem alterar as estimativas atualmente calculadas pela Companhia.

c) Obrigações com benefícios aos empregados

Conforme descrito na Nota 24, a Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/ desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativas e julgamentos contábeis--Continuação

d) Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia, na medida em que impacta o valor dos custos de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada, níveis de manutenção, desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

e) Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

f) <u>Impairment de ativos não financeiros</u>

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *impairment* são os ativos imobilizado e intangível (incluindo ágios).

g) Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração, indicando o reconhecimento adicional de ativo fiscal diferido. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A política da Companhia para a utilização de instrumentos derivativos é voltada apenas para a proteção do risco com a variação cambial. Quando necessário esta se utiliza dos instrumentos derivativos para proteção de seu passivo financeiro e fluxo de caixa contra os movimentos adversos da taxa de câmbio, sendo que nenhuma operação é realizada para fins especulativos. Toda e qualquer operação de hedge ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia, atualmente, opta por não adotar a prática contábil do hedge accounting.

a) Risco de mercado

Risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido as variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam os riscos de taxa de juros e cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos a pagar e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

a.1) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido as variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis. A Companhia não tem celebrado contratos de instrumentos financeiros derivativos para cobrir esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos.

O BNDES cobra juros fixos sobre a TJLP sobre os empréstimos e financiamentos com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos. A Companhia entende que não há risco de alta volatilidade para esta parcela da dívida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

- a) Risco de mercado--Continuação
 - a.1) Risco de taxa de juros--Continuação

a.1.1) Variação nas taxas do CDI

A Companhia mantém parte substancial da sua dívida e de suas aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa indexadas à variação do CDI, conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros indexados ao CDI

	2015	2014
Equivalentes de caixa indexados ao CDI	123.667	35.654
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	89.118	82.159
Empréstimos de curto e longo prazo		
indexados ao CDI	(551.611)	(625.919)
Exposição líquida ao CDI	(338.826)	(508.106)

Com base na curva DI x Pré de 2 de janeiro de 2016, divulgada pela BM&F Bovespa, foi estimada a taxa de 14,40% a.a. do CDI para 2016, cenário provável, e uma taxa de 14,92%a.a para o 2017, ante a taxa efetiva de 14,14% verificada em 31 de dezembro de 2015.

Os testes de sensibilidade consideram uma deterioração da taxa em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme tabela a seguir:

CDI	Cenário provável	Cenário I deterioração de 25%	Cenário II deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2015	14,14%	14,14%	14,14%
Exposição líquida em CDI	338.826	338.826	338.826
Taxa anual estimada do CDI para 2016	14,40%	18,00%	21,60%
Taxa anual estimada do CDI para 2017	14,92%	18,65%	22,38%
Efeito acumulado no resultado e patrimônio líquido:			
(Redução) aumento	8.616	(7.413)	(22.938)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

- a) Risco de mercado--Continuação
 - a.1) Risco de taxa de juros--Continuação

a.1.2) Variação nas taxas do IPCA

A Companhia mantém aplicações financeiras indexadas à variação do IPCA no montante de R\$33.555 em 31 de dezembro de 2015 (R\$46.285 em 31/12/2014).

Para fins de análise de sensibilidade nas transações indexadas ao IPCA a Companhia utilizou o relatório de mercado Focus com data base de 29 de janeiro de 2016. Neste relatório, o IPCA provável para 2016 é 7,79% a.a. e para 2017 7,19% a.a, ante a taxa efetiva verificada de 10,67% a.a. verificadas em 31 de dezembro de 2015.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, abaixo da expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

IPCA	Cenário provável	Cenário I deterioração de 25%	Cenário II deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2015	10,67%	10,67%	10,67%
Aplicações financeiras indexadas ao IPCA	33.555	33.555	33.555
Taxa anual estimada do IPCA para 2016	7,79%	9,74%	11,69%
Taxa anual estimada do IPCA para 2017	7,19%	8,99%	10,79%
Efeito acumulado no resultado e no patrimônio líquido			
(Redução)	(1.636)	(2.347)	(3.053)

a.1.3) Variação na Selic

Uma pequena parcela dos financiamentos da Companhia está indexada à Selic, no montante de R\$6.782 em 31 de dezembro de 2015.

Para fins de análise de sensibilidade nas transações indexadas a Selic a Companhia utilizou o relatório de mercado Focus, com data-base de 29 de janeiro de 2016. Neste relatório, a Selic mais provável para o ano de 2016 é de 13,25% a.a. e para 2017 12,50% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

- a) Risco de mercado--Continuação
 - a.1) Risco de taxa de juros--Continuação

a.1.3) *Variação na Selic*--Continuação

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, abaixo da expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

SELIC	Cenário provável	Cenário I deterioração de 25%	Cenário II deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2015 Financiamento indexados à Selic Taxa anual estimada da SELIC para 2016 Taxa anual estimada da SELIC para 2017 Efeito acumulado no resultado e no	14,15% 6.782 13,25% 12,50%	14,15% 6.782 16,56% 15,63%	14,15% 6.782 19,88% 18,75%
patrimônio líquido (Redução)/aumento	3	(7)	(16)

a.2) Risco cambial

A Companhia está suscetível a esta variação em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, conforme a seguir detalhado:

	20	015	20	14
	Moeda estrangeira - milhares	Reais	Moeda estrangeira - milhares	Reais
Passivo Contas a pagar em US\$ Empréstimos em US\$	(550) (2.076)	(2.148) (8.107)	(20) (2.809)	(54) (7.461)
Exposição líquida		(10.255)	_	(7.515)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

a.2) Risco cambial--Continuação

A estratégia para o gerenciamento do risco de variação cambial deve ser defensiva, tratando de proteger os resultados financeiros e o fluxo de caixa contra os movimentos adversos das taxas de câmbio. Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições aos instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial por meio de planilhas e monitoramento de preços e curvas de mercado.

a.2.1) Variação nas taxas de câmbio

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial (basicamente empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras), a Companhia estimou, com base nas expectativas de mercado divulgadas em 29 de janeiro de 2016, pelo BACEN, por meio do Relatório de Mercado Focus, os cenários prováveis para o dólar norte-americano para 2016 e 2017. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Juros e variação cambial (US\$)	Cenário provável	Cenário I deterioração de 25%	Cenário II deterioração de 50%
Empréstimos em moedas estrangeiras (MUS\$2,076)			
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2015	3,9048	3,9048	3,9048
Cesta de moedas BNDES (moeda 006) em			
31/12/2015	8.107	8.107	8.107
Taxa do Dólar estimada para 2016	4,40	5,50	6,60
Taxa do Dólar estimada para 2017	4,80	6,00	7,20
Efeito acumulado no resultado e patrimônio líquido			
(Redução)	(1.681)	(4.459)	(7.297)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, ativos financeiros mensurados ao valor justo e contas a receber de clientes.

A política de vendas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que a Companhia está disposta a assumir no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de recebimento e de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência dos recebíveis. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes, avaliando a necessidade de se constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras da Companhia estão distribuídas em debêntures da empresa coligada Tecsis, aplicações em debêntures de outras empresas privadas/públicas e aplicações em instituições financeiras. Com relação às aplicações financeiras em instituições financeiras e aplicações em debêntures de outras empresas privadas, a Companhia realiza aplicações em instituições de primeira linha no Brasil. A Companhia mantém o monitoramento do cumprimento de seus procedimentos de seleção de instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015	'			
Empréstimos (1)	193.229	261.253	334.384	3.078
Fornecedores	24.103			
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos (1)	246.746	169.809	408.995	52.959
Fornecedores	18.711	-	-	-

⁽¹⁾ Inclui juros projetados até o final dos contratos.

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira relacionado com o capital total.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Gestão de capital -- Continuação

Esses índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, podem ser assim demonstrados:

	2015	2014
Total dos empréstimos (Nota 18)	585.332	650.203
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	126.949	37.755
Menos - aplicações financeiras (Nota 9)	122.673	128.444
(Dívida líquida) ativos financeiros líquidos	(335.710)	(484.004)
Total do patrimônio líquido	827.223	776.870
Total do capital	1.162.933	1.260.874
Índice de alavancagem financeira - %	28,87	38,39

A Companhia também monitora o capital com base nos índices de alavancagem relacionados com a geração de caixa operacional através da divisão da dívida líquida pelo EBITDA que é apurado através do lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, apresentado nas demonstrações de resultados, líquido do efeito da depreciação e amortização do exercício. Esses índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim demonstrados:

	2015	2014
Total dos empréstimos (Nota 18)	585.332	650.203
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	126.949	37.755
Menos - aplicações financeiras (Nota 9)	122.673	128.444
(Dívida líquida) ativos financeiros líquidos	(335.710)	(484.004)
EDTIDA (*)	222.252	100 100
EBTIDA (*)	236.058	183.199
Coeficiente de dívida líquida/EBITDA	1,42	2,64

^(*) EBITDA calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

e) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (menos a perda por *impairment*) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

6. Instrumentos financeiros por categoria

	2015	2014
Ativos		
Valor justo		
Caixa e equivalente de caixa	126.949	37.755
Aplicações financeiras	89.118	84.668
Custo amortizado		
Aplicações financeiras - debêntures Tecsis	33.555	43.776
Contas a receber	92.207	79.313
	341.829	245.512

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

6. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa contêm valores de depósitos bancários de curto prazo e títulos e valores mobiliários aplicados em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito. O mesmo ocorre para os valores classificados sob o título de "Aplicações financeiras".

As debêntures Tecsis possuem maior risco de crédito em virtude de sua natureza. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 15.

Em relação às contas a receber, o risco é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia. Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa. O saldo apresentado acima já se encontra líquido dessa provisão.

	2015	2014
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos	585.332	650.203
Fornecedores	24.103	18.711
Outros passivos	50.944	22.117
	660.379	691.031

7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou que não sofreram perdas, pode ser avaliada mediante referência às classificações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

-	2015	2014
Conta corrente, depósitos bancários de curto prazo e títulos e valores mobiliários em entidades de primeira linha de risco de crédito Entidade com risco de crédito maior	216.067 33.555 249.622	122.423 43.776 166.199

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e contas-corrente bancárias	3.282	2.101
Certificado de Depósitos Bancários (CDBs)	123.667	35.654
	126.949	37.755

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

9. Aplicações financeiras

	2015	2014
Mantidos para negociação		
Cotas de fundos de investimentos	89.118	80.097
Debêntures empresas privadas/públicas	-	4.571
	89.118	84.668
Mantidos até o vencimento		
Debêntures Tecsis	33.555	43.776
	122.673	128.444
Circulante	95.492	128.444
Não circulante	27.181	-

Em 31 de dezembro de 2014, o prazo de vencimento do total das debêntures Tecsis era 31 de janeiro de 2015. No início de fevereiro deste exercício, a Assembleia Geral de acionistas da Coligada aprovou operação de reestruturação de seu capital, na qual o prazo para pagamento destas debêntures foi postergado para 10 de junho de 2015, com opção de conversão destes papéis em ações da Coligada. A Unipar optou pela capitalização apenas dos juros e variações monetárias destes papéis e utilizou os valores do principal para aquisição de novas debêntures da Coligada, com vencimento em junho de 2017. As novas debêntures são corrigidas pelo IPCA e também pagam juros de 8% a.a. Para mais detalhes sobre esta operação vide Nota Explicativa nº 15.

10. Duplicatas de clientes a receber

	2015	2014
Clientes nacionais	105.256	93.501
Clientes internacionais	102	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(13.151)	(14.188)
	92.207	79.313
Circulante	91.754	77.614
Não circulante	453	1.699

As duplicatas a receber classificadas no ativo não circulante vencem em até três anos a contar da data do balanço e são indexadas a taxas de até 1,8% ao mês.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

10. Duplicatas de clientes a receber--Continuação

A movimentação na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") de duplicatas a receber de clientes da Companhia é a seguinte:

	2015	2014
Saldo inicial	14.188	7.487
Adições	2.037	7.252
Reversões	(3.074)	(551)
Saldo final	13.151	14.188

As adições e reversões da PCLD são registradas no resultado do exercício como "Outras (despesas) receitas operacionais". Caso a probabilidade de recebimento dos valores melhore, a PCLD pode ser revertida impactando o resultado do exercício e a respectiva conta patrimonial (redutora das contas a receber). Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A tabela a seguir resume os saldos de contas a receber por vencimento líquido da provisão para perdas:

	2015		20	14
	Bruto	Provisão	Bruto	Provisão
Créditos a vencer	92.671	2.107	82.423	4.320
Vencidos até 90 dias	2.297	637	1.625	389
Vencidos de 91 até 180 dias	639	589	300	212
Vencidos de 181 até 365 dias	613	608	2.080	2.026
Vencidos acima de 365 dias	9.210	9.210	7.241	7.241
Total de duplicatas a receber	105.430	13.151	93.669	14.188
(-) Receita financeira a apropriar	(72)	-	(168)	-
Total de duplicatas a receber de clientes	105.358	13.151	93.501	14.188

As duplicatas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas em reais.

11. Impostos a recuperar

	2015	2014
IRPJ pago a maior	-	1.131
IRRF	8.802	-
ICMS a recuperar	5.223	5.303
PIS e COFINS a compensar	3.242	3.098
INSS a compensar	3.127	6.123
Adicional de IR estadual	1.252	1.252
Outros	1.104	671
	22.750	17.578
Circulante	19.310	14.158
Não circulante	3.440	3.420

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

11. Impostos a recuperar--Continuação

Os saldos de IRRF referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre liquidações de ativos financeiros da Companhia.

Os saldos de ICMS a recuperar referem-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante.

Os saldos de PIS e COFINS a compensar referem-se a valores de alargamento de base de cálculo do imposto no período de 1999 a 2004 e à majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%, Esses saldos de PIS e COFINS estão vinculados a uma demanda judicial baseado no Mandado de Segurança impetrado pela Unipar visando contestar a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98 para o qual existe um passivo constituído de mesmo valor

Os saldos de INSS a compensar referem-se a crédito reconhecido em virtude de decisão judicial favorável à Companhia e transitada em julgado em 2012. O objeto da ação judicial englobava valores recolhidos a título de contribuições previdenciárias efetuadas no período de julho de 1989 a julho de 1994. A compensação do referido crédito é efetuada pela Companhia mensalmente, conforme Despacho Decisório da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o qual orienta que a compensação somente pode ser feita contra débitos previdenciários informados em GFIP.

12. Estoques

	2015	2014
Matérias-primas	7.476	10.787
Produtos em processo	4.589	2.464
Produtos acabados	6.669	3.419
Provisão para desvalorização	(3.126)	(869)
Materiais auxiliares e embalagens	2.945	1.982
Materiais de manutenção e outros	20.186	17.854
Adiantamento a fornecedores de matéria prima	2.688	4.525
	41.427	40.162
Circulante	26.644	27.405
Não circulante	14.783	12.757

Os estoques classificados no grupo não circulante referem-se principalmente a materiais de reposição e manutenção. Esses itens são mantidos para assegurar a continuidade das operações da planta de cloro e soda, sem alterar a vida útil dos ativos, em manutenções periódicas ou em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

12. Estoques--Continuação

As movimentações na provisão para desvalorização dos estoques da Companhia são as seguintes:

	2015	2014
Saldo inicial	(869)	(1.575)
Constituição de provisão	(3.126)	(869)
Reversão de provisão	869	1.575
Saldo final	(3.126)	(869)

O valor da provisão depende das oscilações de preço de mercado dos produtos fabricados, assim como da disponibilidade em estoque de produtos cujo custo de fabricação encontra-se acima de seu valor de realização.

13. Depósitos judiciais

Composição dos depósitos judiciais

	2015	2014
Tributários	44.230	43.589
Trabalhistas	5.257	6.045
	<u> </u>	
Não circulante	49.487	49.634
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

Movimentação dos depósitos judiciais

	2015	2014
Saldo inicial	49.634	44.046
Transferências	-	(334)
Adição de depósito	553	2.992
Atualização monetária	3.252	2.940
Baixa de depósito	(3.952)	(10)
Saldo final	49.487	49.634

O montante dos depósitos judiciais registrados no ativo da Companhia é composto, principalmente, pelos saldos a seguir:

a) Processo tributário - PER/DCOMPS não homologadas pela Receita Federal

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui depósito no valor de R\$22.848 (R\$21.159 em 31/12/2014). A probabilidade de perda desta causa, de natureza passiva, foi classificada por nossos consultores jurídicos como remota.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

13. Depósitos judiciais--Continuação

Movimentação dos depósitos judiciais--Continuação

b) Processos tributários - ex-controlada Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")

Há processos da Goyana nos quais a Unipar é colocada no polo passivo. Pelo fato da Goyana não mais fazer parte do Grupo Unipar, a Companhia solicita sua exclusão dessas causas.

Em 31 de dezembro de 2015, em seu total, os depósitos relacionados as causas da Goyana somam R\$11.611 (R\$12.792 em 31 de dezembro de 2014).

O saldo total depositado é composto conforme a seguir:

b.1) Imposto de Renda Retido na Fonte

Foi dado ganho de causa dado à Companhia. A Unipar aguarda alvará para levantamento dos valores depositados. Em 31 dezembro de 2015, o montante corrigido de depósito era de R\$9.202 (R\$8.481 em 31 de dezembro de 2014).

b.2) INSS

Execução fiscal ajuizada pela União exigindo valores a título de contribuição previdenciária. Em 31 de dezembro de 2015, o montante corrigido dos depósitos efetuados pela Unipar era de R\$1.766 (R\$1.629 em 31 de dezembro de 2014). Não foi constituída provisão para esta causa pois sua estimativa de perda é possível.

b.3) Finsocial

Execução fiscal ajuizada pela União em face de débitos de Finsocial. Em 31 de dezembro de 2015, o montante corrigido dos depósitos efetuados pela Unipar era de R\$643 (R\$593 em 31 de dezembro de 2014). Não foi constituída provisão para essa causa, pois sua estimativa de perda é possível.

b.4) *IPI*

Em 14 de janeiro de 2015, a Unipar resgatou deposito relacionado a causa de IPI da Goyana, na qual a Companhia obteve sentença favorável, sendo excluída do polo passivo. O total resgatado foi de R\$2.275.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

13. Depósitos judiciais--Continuação

Movimentação dos depósitos judiciais--Continuação

c) Processo tributário - PIS e COFINS sobre diferença de alíquota de 1% dos impostos recolhidos no período de abril/1999 a maio/2001

Em 31 de dezembro de 2015, o valor do depósito é de R\$8.832 (R\$8.416 em 31/12/2014). A probabilidade de ganho dessa causa, de natureza ativa, foi classificada por nossos consultores jurídicos como possível.

14. Outros ativos

	2015	2014
Adiantamento a fornecedores	408	358
Créditos a receber na venda de ativos	-	6.553
Adiantamento a empregados	500	41
Outros créditos	174	166
Total circulante	1.082	7.118

O saldo de créditos a receber na venda de ativos refere-se a valores a receber advindos da venda de um terreno no município de Mauá - SP. Em 2015, referido contas a receber foi integralmente liquidado.

15. Investimentos

 a) Movimentação do investimento na coligada Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A.

	2015	2014
Investimento	(29.183)	(6.982)
Ágio sobre aquisição	18.936	26.897
Mais-valia de ativos e passivos	41.188	58.506
Amortização mais-valia	(8.881)	(11.867)
Saldo final	22.060	66.554

b) Informações da investida

				2	U15				
	% Part. acões	Lucro/			Receita	Capital	Patrimônio líquido	Ajuste ao patrimônio	Total base
Empresa	ordinárias	prejuízo	Ativo	Passivo	líquida	social	total	líquido	ajustado
Tecsis	17,78	(63.736)	1.230.564	1.248.742	1.472.437	356.265	(18.178)	(145.946)	(164.124)

0045

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

b) <u>Informações da investida</u>--Continuação

2014									
	% Part.						Patrimônio	Ajuste ao	Total
	ações	Lucro/			Receita	Capital	líquido	patrimônio	base
Empresa	ordinárias	prejuízo	Ativo	Passivo	líquida	social	total	líquido	ajustado
Tecsis	25,17	(15.916)	1.047.507	1.049.064	1.268.037	240.909	(1.557)	(26.174)	(27.730)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia possui 17,78% de participação no capital da Tecsis (25,17 % em 31 de dezembro de 2014). A Unipar conta com um membro no Conselho de Administração da investida, caracterizando-se a Tecsis como uma Coligada. A Companhia detém influência significativa na investida, porém não o controle, e dessa forma, esse investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Localizada em Sorocaba - SP, a Tecsis tem por objetivo social a produção e comercialização de pás customizadas para geradores de energia eólica.

Ajustes ao patrimônio líquido da Coligada

Por não ser empresa de capital aberto, a Tecsis não utiliza todos os parâmetros da Instrução CVM nº 371/02 para determinar o valor recuperável de seu ativo fiscal diferido. Dentre os critérios não utilizados pela Coligada, encontra-se a adoção do desconto a valor presente em suas projeções de resultado tributável. De forma a uniformizar as práticas contábeis da Coligada com as da Unipar, foram realizados ajustes para adequar as informações recebidas da Coligada à Instrução CVM nº 371/02.

Além dos ajustes da Instrução CVM nº 371/02, foram realizados outros ajustes nos saldos reportados pela Coligada, também relativos ao reconhecimento de impostos diferidos ativos, de forma a equalizar as práticas contábeis da Tecsis com as da Unipar.

Reestruturação do capital da Tecsis

Em 31 de dezembro de 2014, a Coligada possuía dívida em relação a seus acionistas, captada através de debêntures. No início de fevereiro de 2015, a Assembleia Geral de Acionistas da Tecsis aprovou operação de reestruturação de seu capital, na qual o prazo para pagamento destas debêntures foi postergado para 10 de junho de 2015, com opção de conversão desses papéis em ações da Coligada. A Unipar optou pela capitalização apenas dos juros e variações monetárias desses papéis, no montante de R\$8.694, e utilizou os valores do principal para aquisição de novas debêntures da Coligada, com vencimento em junho de 2017. Os demais acionistas da Tecsis integralizaram o montante total a receber (R\$106.662) no capital da Coligada. Com essa operação a participação da Unipar na Tecsis passou de 25,17% para 17,78%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

b) <u>Informações da investida</u>--Continuação

Reestruturação do capital da Tecsis--Continuação

A redução de participação gera efeitos tanto no resultado de equivalência patrimonial quanto nos saldos de mais-valia de ativos e ágio relacionados à aquisição da participação inicial na Tecsis. No resultado de equivalência patrimonial, os efeitos são decorrentes da perda nominal de participação no capital da Coligada (7,39%). No caso da mais-valia de ativos e do ágio, os efeitos são calculados pela perda proporcional de participação no investimento (29,36%, ou seja, a representatividade dos 7,39% sobre os 25,17% anteriormente detidos). A tabela a seguir resume os efeitos desta operação no resultado da Companhia:

Variação no percentual de participação	14.427
Amortização de valor justo (ágio)	(7.961)
Amortização de valor justo (mais-valia de ativos)	(20.058)
IRPJ/CSLL s/ amortizações de valor justo	9.526
Total do efeito no resultado	(4.066)

A tabela a seguir demonstra a movimentação do investimento na Tecsis durante os exercícios, incluindo os efeitos da transação de reestruturação descritos acima.

	2015	2014
Saldo inicial	66.554	82.506
Equivalência patrimonial	(32.628)	(4.007)
Variação no percentual de participação	14.427	802
Aporte de capital na investida	8.694	1.669
Amortização de valor justo	(5.758)	(6.960)
Amortização - redução de participação em coligada	(28.020)	-
IRPJ/CSLL s/ amortização de valor justo	1.959	2.367
IRPJ/CSLL s/ amortização - redução de participação em		
coligada	9.526	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(12.694)	(9.823)
Saldo final	22.060	66.554

Conforme requerido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os ágios devem ser testados para *impairment* ao menos anualmente. Após a conclusão do processo de reestruturação de capital da Coligada, a Companhia efetuou estes testes de *impairment* do ágio já liquido das baixas da reestruturação, concluindo pela não necessidade de baixas adicionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado

	2013	Adições	Transferências	Baixas	2014	Adições	Transferências	Baixas	2015
Custo						-			
Terrenos	250.644	-	-	(3.094)	247.550	-	-	-	247.550
Edificações e construções	137.724	-	8.255	-	145.979	-	698	(72)	146.605
Equipamentos e instalações	1.002.065	-	34.592	(1.314)	1.035.343	-	23.408	(5.819)	1.052.932
Veículos	1.975	-	116	(693)	1.398	-	87	(274)	1.211
Móveis e utensílios	11.413	-	753	(45)	12.121	-	68	(60)	12.129
Demais bens	10.500	-	614	(2)	11.112	-	14	(121)	11.005
Total em operação	1.414.321	-	44.330	(5.148)	1.453.503	-	24.275	(6.346)	1.471.432
Imobilizado em andamento	54.046	43.302	(60.072)	-	37.276	33.431	(24.767)	-	45.940
Total	1.468.367	43.302	(15.742)	(5.148)	1.490.779	33.431	(492)	(6.346)	1.517.372
Depreciação									
Edificações e construções	(41.339)	(3.661)	-	-	(45.000)	(3.885)	-	25	(48.860)
Equipamentos e instalações	(488.542)	(33.393)	-	1.085	(520.850)	(35.549)	-	5.011	(551.388)
Veículos	(769)	(264)	-	239	(794)	(233)	-	217	(810)
Móveis e utensílios	(7.593)	(782)	-	34	(8.341)	(787)	-	51	(9.077)
Demais bens	(6.335)	(568)	-	-	(6.903)	(559)	-	116	(7.346)
Total em operação	(544.578)	(38.668)	-	1.358	(581.888)	(41.013)	-	5.420	(617.481)
Total	(544.578)	(38.668)	-	1.358	(581.888)	(41.013)	-	5.420	(617.481)
	923.789	4.634	(15.742)	(3.790)	908.891	(7.582)	(492)	(926)	899.891

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

A tabela a seguir demonstra a taxa de depreciação anual e a vida útil estimada dos ativos.

	Anos	Taxa de depreciação anual
Edifícios e benfeitorias	15 a 29	3,45% a 6,67%
Equipamentos e instalações	16 a 19	5,26% a 6,25%
Veículos	5	20%
Móveis, utensílios e demais bens	5 a 10	10%

A Administração da Companhia não alterou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, devido à ausência de alterações significativas nas condições de utilização dos bens do ativo imobilizado.

De acordo com o CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2015 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

17. Intangível

Durante o exercício de 2015, a Administração não identificou nenhum indicador de perda de valor dos ativos intangíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangível -- Continuação

	Ágio aquisição participação adicional na Carbocloro	Ágio - combinação de negócios em estágios	Carteira de clientes	Direito de uso de software	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (reapresentado) Amortização acumulada	77.726 -	195.809 -	212 (7)	3.711 (3.229)	277.458 (3.236)
Saldo contábil líquido Ajuste exercício anterior Transferências Amortização	77.726 (552) - -	195.809 - - -	205 - - (25)	482 - 15.742 (1.256)	274.222 (552) 15.742 (1.281)
Saldo contábil líquido	77.174	195.809	180	14.968	288.131
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014					
Custo Amortização acumulada	77.174 	195.809 -	212 (32)	19.453 (4.485)	292.648 (4.517)
Saldo contábil líquido Outros Transferências Amortização	77.174 - - -	195.809 42 - -	180 - - (180)	14.968 - 492 (3.355)	288.131 42 492 (3.535)
Saldo contábil líquido	77.174	195.851	-	12.105	285.130
Em 31 de dezembro de 2015 Custo Amortização acumulada	77.174 -	195.851 -	212 (212)	19.945 (7.840)	293.182 (8.052)
Saldo contábil líquido	77.174	195.851	-	12.105	285.130

<u>Ágios</u>

No exercício de 2013, a Companhia adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. Tendo em vista que a Unipar já detinha outros 50% do capital da Empresa na data desta aquisição, a combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios. Posteriormente, a Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. foi incorporada à Unipar Carbocloro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangível--Continuação

Ágios--Continuação

Numa combinação de negócios em estágios, com posterior incorporação, o ágio relacionado à aquisição de participação adicional gera efeitos tributários enquanto que o ágio referente à reavaliação da parte já detida não traz consigo impactos fiscais. Após o término do prazo para cálculo do *purchase price allocation*, o ágio relativo à compra de participação adicional na Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. montava R\$77.174 e o relacionado à reavaliação da participação já detida pela Unipar montava R\$195.809. Tais saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por *impairment*.

Conforme requerido pelo CPC 01 (R), os ágios devem ser testados para *impairment* ao menos anualmente. A Companhia efetuou estes testes, concluindo pela não necessidade de baixas.

Direito de uso de softwares

Os saldos relacionados à aquisição de licenças e desenvolvimento de softwares são amortizados de acordo com a sua vida útil (cinco anos).

18. Empréstimos e financiamentos

	2015	2014
Financiamentos em moeda nacional		
Atualizados com base na variação da UR - TJLP (TJLP + 2,13% a.a.) (4)	18.832	16.824
Atualizados com base na variação da SELIC (SELIC + 2,36% a.a.) (4)	6.782	-
Atualizados com base na variação do CDI (CDI+2,00% a.a.) (1)	467.769	566.491
Atualizados com base na variação do CDI (CDI+0,30% a.a.) (2)	-	40.017
Atualizados com base na variação do CDI (CDI+1,60% a.a.)	-	12.394
Atualizados com base na variação do CDI (CDI+1,20% a.a.) (3)	83.842	-
Atualizados com base na variação do CDI (CDI+2,26% a.a.)	-	7.016
Financiamentos em moeda estrangeira		
Cesta de moedas (Cesta + 2,56% a.a.) (4)	8.107	7.461
Total dos empréstimos e financiamentos	585.332	650.203
Circulante	129.908	182.505
Não circulante	455.424	467.698

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

O cronograma de pagamento das obrigações listadas acima é como segue:

	2015
2016	129.908
2017	190.081
2018	108.483
2019	102.740
2020	52.140
2021 em diante	1.980
	585.332

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são os seguintes:

	2015	20
Financiamentos em moeda nacional	577.225	642.
Financiamentos em moeda estrangeira	8.107	7.

2015	2014	2015	2014
577.225	642.742	578.285	642.539
8.107	7.461	8.107	7.461
585.332	650.203	586.392	650,000

Valor justo

(1) R\$467.769 referem-se ao valor atualizado das debêntures emitidas, em novembro de 2013, para a aquisição dos 50% de participação adicional no capital da Carbocloro. Como garantia desta operação, foi oferecida a cessão fiduciária da totalidade dos valores referentes às distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidas pela Companhia aos acionistas Frank Geyer Abubakir, Maria Soares de Sampaio Geyer, e Vila Velha S.A. Administração e Participações. A cessão fiduciária dos dividendos foi oferecida sob condição suspensiva de eficácia e validade, nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Valor contábil

- (2) Empréstimo contratado em 30 de dezembro de 2014 livre de garantias.
- (3) Captação de financiamento em março de 2015, pelo prazo de 24 meses, destinados a reforçar a posição de caixa da Companhia.
- (4) Captações de financiamentos junto ao BNDES para modernização da planta da unidade de Cubatão e são garantidas por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Companhia adquiridos por meio destas transações.

Certos empréstimos apresentam cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estava adimplente com o atendimento dessas cláusulas.

19. Energia elétrica

Conforme citado na Nota Explicativa nº 33, a Companhia possui contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. Tais contratos, além de englobarem o preço da energia efetivamente contratada, contêm encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

19. Energia elétrica--Continuação

A publicação inicial dos valores da CDE relativos ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração desses encargos, o que levou a Companhia e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança do encargo com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - ABRACE.

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia provisiona integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetua os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP).

20. Demandas judiciais

A Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classifica a probabilidade de perda de suas contingências em "provável", "possível" e "remota".

Demandas judiciais classificadas como "perda provável"

Para estas causas são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos judiciais atrelados aos processos.

Os valores das demandas judiciais classificadas como "perda provável" estão descritos na tabela a seguir:

	2015	2014
Fiscais Trabalhistas e previdenciárias Cíveis Outras Total	19.096 10.876 30.688 100 60.760	17.596 7.680 22.629 - 47.905
Depósitos judiciais fiscais Depósitos judiciais cíveis Depósitos judiciais trabalhistas	(12.985) (69) (897) (13.951)	(13.028) - (897) (13.925)
Circulante	46.809	33.980
Não circulante	43.441	30.753

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

20. Demandas judiciais--Continuação

Movimentação das provisões para demandas judiciais

	Fiscais	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Ambientais	Outros	Saldo	Depósito judicial	Saldos das demandas judicias
Saldo em 31 de dezembro de 2013	16.109	3.938	-	664	1.598	22.309	(14.582)	7.727
Adição de provisão	1.790	4.734	22.629	-	-	29.153	-	29.153
Reversão/baixa	(446)	(992)	-	(664)	(1.598)	(3.700)	991	(2.709)
Atualização monetária	`143 [′]	· -	-	` -	· -	` 143 [′]	-	` 143 [′]
Transf. p/ depósito s/ provisão para								
demandas	-	-	-	-	-	-	(334)	(334)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	17.596	7.680	22.629	-	-	47.905	(13.925)	33.980
Adição de provisão	1.958	4.701	5.200	-	100	11.959	(536)	11.423
Reversão/ baixa	(695)	(1.505)	-	-	-	(2.200)	`856 [°]	(1.344)
Atualização monetária	237	· -	2.859	-	-	3.096	(346)	2.750
Saldo em 31 de dezembro de 2015	19.096	10.876	30.688	-	100	60.760	(13.951)	46.809
Circulante	3.368	-	-	-	-	3.368	-	3.368
Não circulante	15.728	10.876	30.688	=	100	57.392	(13.951)	43.441

As principais causas classificadas neste grupo são:

a) Demandas fiscais

Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

(i) Refere-se à correção monetária das parcelas do IRPJ, Imposto de Renda sobre Lucro Distribuído e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, todos apurados no exercício de 1990. O montante em 31 de dezembro de 2015 é R\$6.340 (31/12/2014 - R\$6.340).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

20. Demandas judiciais--Continuação

a) <u>Demandas fiscais</u>--Continuação

Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O montante em 31 de dezembro de 2015 é R\$8.112 (31/12/2014 - R\$7.970)

(i) Em função de ter sido revogada a liminar concedida anteriormente para a suspensão da exigibilidade dos valores devidos na forma da Lei nº 9.718/98, garantindo o direito ao recolhimento conforme legislação anterior (Lei Complementar nº 7/70 e Lei Complementar nº 70/91), a Companhia efetuou depósito judicial da diferença provisionada.

Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)

 (i) Refere-se à ação anulatória de débito fiscal IPTU - município de Cubatão/SP, em razão do excessivo valor venal adotado como base de cálculo pelo município. O montante em 31 de dezembro de 2015 é R\$1.567 (31/12/2014 - R\$1.609).

b) <u>Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias</u>

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-

-funcionários questionando o direito sobre verbas não pagas.

Nas ações judiciais previdenciárias, a Companhia é questionada sobre a incidência de encargos sociais sobre determinadas verbas remuneratórias.

c) Demandas judiciais cíveis

Empréstimo FINEP

(i) Discussão sobre empréstimo tomado junto à Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP") em 1986. Em setembro de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente aos embargos de execução da Unipar, fixando a responsabilidade da Companhia em 51% dos valores em discussão. Em 31 de dezembro de 2014, o referido processo tinha avaliação de risco de perda provável, no montante de R\$22.505, valor estimado pela Companhia com base na homologação de cálculo efetuado por perito, atualizado até o encerramento do exercício de 2014, considerando o percentual de 51% mencionado anteriormente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

20. Demandas judiciais--Continuação

c) <u>Demandas judiciais cíveis</u>--Continuação

Empréstimo FINEP--Continuação

Ao final de 2015, a FINEP peticionou apresentando valores diferentes daqueles anteriormente homologados. Segundo a FINEP, a metodologia para cálculo dos valores devidos, não estaria correta. Pelos cálculos da FINEP, o valor total devido, atualizado para 2015, seria de R\$247.930 (os 51% relativos à Unipar seriam de R\$126.444). Para esta situação apresentada pela FINEP (nova metodologia de cálculo - juros - matéria de ordem pública), nossos consultores jurídicos consideram a probabilidade de perda como possível. Os valores provisionados pela Companhia tomam como base apenas o valor atualizado dos dados já julgados e homologados, e representam a melhor estimativa da Administração atualmente. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo provisionado para o processo do empréstimo FINEP é de R\$25.359. Há, também, provisão para honorários de sucesso para a parcela do processo considerada como "perda possível".

d) Honorários de sucesso

Para as causas classificadas como "perda possível" ou "perda remota" cujos processos envolvam pagamentos de honorários de sucesso aos advogados, a Companhia registra provisão para pagamento destes honorários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$6.686.

Demandas judicias classificadas como "perda possível"

Para tais processos não há provisão constituída para perda da causa. Conforme descrito acima, quando aplicável, são provisionados apenas os honorários de sucesso dos advogados.

e) Demandas judiciais fiscais

São compostas substancialmente por compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processo de alargamento de base de cálculo - COFINS e processos judiciais da ex-controlada Goyana.

Esse grupo engloba disputas tributárias no montante de R\$39.360 (31/12/2014 - R\$ 53.753). A queda no saldo, em 2015, deve-se, principalmente, ao arquivamento de um processo cuja contraparte era uma antiga integrante do grupo Unipar, a empresa LANXES. Nesta causa, a Companhia obteve decisão favorável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

20. Demandas judiciais--Continuação

f) <u>Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias</u>

Envolve diversos processos que, em seu conjunto, montam R\$37.332 (31/12/2014 - R\$8.749). O aumento do valor das causas refere-se principalmente à entrada de novos processos durante o ano de 2015 e à reavaliação de valor de um processo trabalhista específico, ainda em fase instrutória.

g) <u>Demandas judiciais cíveis</u>

São compostas, principalmente, pela causa da FINEP, descrita acima. O valor total das demandas judiciais cíveis com probabilidade de perda possível é de R\$101.603 em 31 de dezembro de 2015 (31/12/2014 - R\$107).

h) <u>Demandas judiciais ambientais</u>

O Ministério Público Federal ("MPF") requereu, através de ação civil pública, a reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental, com pagamento de indenização. O processo foi extinto, em 1ª instância, sem resolução de mérito. O MPF interpôs recurso de apelação, sendo reformada a decisão para que se instaurasse a produção de provas. A Companhia interpôs recurso especial, o qual encontra-

-se em julgamento no Superior Tribunal de Justiça ("STJ"). Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$500. Contudo, a Companhia entende que não é possível, no momento, atribuir valores confiáveis ao processo.

O Ministério Público Federal também distribuiu ação civil pública em face da Companhia requerendo a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização de danos irrecuperáveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online, bem como a manutenção do controle gerencial de mercúrio e sua destinação. A causa aguarda início da perícia judicial. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$20.000. Contudo, a Companhia entende que não é possível, no momento, atribuir valores confiáveis ao processo.

Demanda judicial ativa

A Companhia distribuiu ação em face da Eletrobrás e União Federal visando à restituição da correção monetária de empréstimo compulsório cedido à Eletrobrás. O processo transitou em julgado com decisão favorável à Unipar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

20. Demandas judiciais--Continuação

h) <u>Demandas judiciais ambientais</u>--Continuação

Demanda judicial ativa--Continuação

Considerando o valor atualmente pleiteado pela Companhia, líquidos dos honorários de sucesso dos assessores da Unipar, a Companhia deveria receber o valor de R\$127.014. A Eletrobrás apresentou embargos de declaração em relação aos valores pleiteados, e até o momento, não informou o valor que entende como devido. Dado o atual estágio do processo, não é possível afirmar qual será o valor a ser recebido pela Unipar.

Por tratar-se de demanda judicial ativa e pelo fato dos valores devidos pela Eletrobrás ainda não terem sido homologados, até 31 de dezembro de 2015 nenhum montante havia sido registrado pela Companhia, conforme dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

21. Outros passivos

	2015	2014
Fretes sobre vendas	2.801	3.651
Desembaraço alfandegário	2.804	3.923
Obrigações de natureza fiscais	696	1.884
Adiantamento de clientes	1.198	1.001
Serviços técnicos e profissionais	2.741	-
Outras obrigações e compromissos	227	930
Total circulante	10.467	11.389

22. Participação nos lucros e resultados

A participação dos empregados nos resultados apurados no exercício é determinada respeitando-se os acordos celebrados entre a Companhia e seus empregados, com a participação dos sindicatos classistas, observando-se as disposições legais, conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social

Mudanças na legislação do imposto de renda

A partir de 1º de janeiro de 2015, a Companhia passou a adotar a Lei nº 12.973/14 para cálculo de seu imposto de renda.

a) Conciliação da alíquota efetiva

<u>.</u>	2015	2014
Lucro antes dos impostos Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL Imposto calculado com base na alíquota nominal combinada	96.864 34% (32.934)	74.796 34% (25.431)
<u>Diferenças permanentes</u> Resultado de equivalência patrimonial	(6.188)	(1.090)
Outros Total de créditos das diferenças permanentes	(870) (7.058)	(1.792) (2.882)
Reconhecimento de créditos de prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores	30.961	19.108
Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado	(9.031)	(9.205)
Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL	9,32%	12,31%
<u>-</u>	2015	2014
IRPJ e CSLL correntes IRPJ e CSLL diferidos - Unipar IRPJ e CSLL diferidos - combinação de negócios Tecsis Total da despesa de IRPJ e CSLL	(35.779) 15.263 11.485 (9.031)	(13.308) 1.737 2.366 (9.205)
Impostos diferidos sobre outros resultados abrangentes	(173)	545

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Mudanças na legislação do imposto de renda--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias. Para determinar este conceito de "provável", a Companhia utiliza como parâmetros o disposto na Instrução CVM nº 371/02. Esta norma indica que os montantes prováveis a serem recuperados devem ser determinados com base em projeções de resultados tributáveis futuros para os próximos 10 anos, descontados a valor presente. Como qualquer estimativa, estas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas internas e em hipóteses para cenários econômicos futuros que podem, com o passar do tempo, sofrer alterações.

Imposto diferido ativo

	2015	2014
Demandas judiciais	18.503	14.132
Obrigação com benefícios a empregados	7.003	8.253
Provisões diversas	12.655	3.596
Custos de empréstimos a amortizar	2.244	1.706
Ágio a amortizar	30.811	34.787
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	45.371	30.124
Outros	3.148	1.482
Total do imposto diferido ativo	119.735	94.080

Imposto diferido passivo

	2015	2014
Atualizações monetárias	(3.248)	(3.436)
Efeito no cálculo de depreciação PN nº 1/2011	(72.961)	(56.108)
Tributos diferidos sobre mais-valia	(72.283)	(74.516)
Outros	3.868	· -
Total do imposto diferido passivo	(144.624)	(134.060)
Passivo de imposto diferido (líquido)	(24.889)	(39.980)

Durante o terceiro trimestre de 2015, a Administração atualizou sua projeção para os resultados tributáveis futuros dos próximos 10 anos. Essa projeção foi revisada pelo Conselho Fiscal em 10 de novembro de 2015 e aprovada pelos órgãos de Administração em 11 de novembro de 2015, indicando o reconhecimento adicional de ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores no montante de R\$30.961. Não ocorreram alterações nas premissas e projeções utilizadas na análise efetuada em setembro de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Mudanças na legislação do imposto de renda--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Imposto diferido passivo--Continuação

O prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos da Companhia foi estimado de acordo com a realização de diversos eventos projetados para os próximos 10 anos e está dividido conforme a seguir:

2016	19.295
2017	35.874
2018	11.417
2019	3.976
2020	7.589
2021 em diante	41.584
	119.735

A Companhia ainda possui uma parcela de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para os quais nenhum ativo fiscal diferido foi reconhecido por não atender aos requisitos da Instrução CVM nº 371/02. O valor total destes prejuízos fiscais é de R\$568.586 (divididos entre R\$36.657 de prejuízos fiscais operacionais e R\$531.929 de prejuízos fiscais não operacionais) e da base negativa de contribuição social é de R\$565.402. Sendo assim, os créditos fiscais não reconhecidos de IRPJ somam R\$142.146 (sendo R\$9.164 oriundos de prejuízos fiscais operacionais e R\$132.982 de prejuízos fiscais não operacionais) e de CSLL somam R\$50.886.

A Companhia realizará anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e à medida que for provável que no futuro haverá lucros tributáveis suficientes para a realização do ativo fiscal diferido, a Companhia o registrará contabilmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios aos empregados

A composição do passivo atuarial líquido, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2015 e de acordo com o CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

	2015	2014	
Plano de saúde	2.028	2.308	
Benefícios rescisórios (gratificação + multa FGTS)	16.665	19.026	
Provisão para gratificação por tempo de serviço	1.904	2.910	
Total	20.597	24.244	

A Companhia é a principal patrocinadora da Carboprev, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários da Unipar Carbocloro.

A política previdencial da Companhia executada pela Carboprev tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de

nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores ligados ao Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos planos de benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de setembro de 2009, em que são nomeados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão os Administradores Tecnicamente Qualificados para a Gestão dos Investimentos.

A Carboprev é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

O plano de aposentadoria na modalidade "benefício definido" é calculado anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

Para a execução de seus objetivos, a Carboprev recebe contribuições mensais dos patrocinadores e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos funcionários, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação de seu patrimônio.

Os planos de benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar da Companhia se fundamentam nos respectivos regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e, das patrocinadoras, o plano de custeio atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Carboprev, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos Básico e Suplementar, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012.

Durante o exercício de 2015, após a obtenção de todas as aprovações regulamentares, conforme previsto na portaria do Ministério da Previdência Social de 7 de maio de 2015, a Companhia propôs aos participantes do plano de previdência privada a migração da modalidade de benefício definido para contribuição definida. O processo de migração deu-se durante o 3º trimestre de 2015. A tabela a seguir demonstra a nova configuração do plano de previdência privada após a migração:

Modalidade	Nº de participantes	
	2015	2014
Benefício definido		
Ativos	8	457
Vested	9	6
Inativos (rendas)	94	109
Total de participantes na modalidade de benefício definido	111	572
Contribuição definida		
Ativos	419	296
Vested	54	63
Inativos (rendas)	127	89
Total de participantes na modalidade de contribuição definida	600	448

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

Conforme previsto no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a Entidade remensurou o valor líquido de ativos e passivos do plano de benefício definido usando o valor justo dos ativos do plano e as premissas atuariais vigentes na data imediatamente anterior à data-base da migração (01/09/2015). Esta reavaliação, combinada com o resultado da transferência dos ativos e passivos relacionados aos participantes que optaram pela migração para a modalidade de contribuição definida, resultou em uma despesa adicional por efeitos de redução de benefício (*curtailment*) R\$1.601, contabilizada na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" no resultado do exercício.

a) Principais premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2015, sendo revisadas anualmente:

		2015 - base	
Hipóteses econômicas	2015	migração	2014
Taxa de desconto nominal	13,32 % a.a.	13,30 % a.a.	11,27 % a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	7,40% a.a.	7,40% a.a.	6,89% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios da			
previdência social e dos limites	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,00% a.a.
Hipóteses demográficas		2015 - 2014	
Tábua de mortalidade de válido	AT-2000		
Tábua de mortalidade de inválidos		IAPB-57	
Tábua de entrada em invalidez		Mercer Disability	
Tábua de rotatividade	A	té 10SM: 0.45/(TS	+1)
	De	10 a 20SM: 0.30/(7	「S+1)
	Acin	na de 20SM: 0.15/(TS+1)
Idade de aposentadoria	1	0% na 1º elegibilida	ade
	3% entre a 1º elegibilidade e a aposent. normal e		
	100% na e	elegibilidade a apos	sent. normal.
% de participantes ativos casados na data	Ativos 90% ca	sado com esposa o	quatro anos mais
da aposentadoria		jovem	•
	A	Assistidos: família r	eal

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Companhia.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

a) Principais premissas--Continuação

A Companhia e a Carboprev juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos ativos

As obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isto criará um déficit que necessitará de equacionamento.

Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de pensão são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de vida

A maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Isto é particularmente significativo no caso do plano do Brasil, no qual os reajustes por conta da inflação resultam em maior sensibilidade às mudanças na expectativa de vida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

b) <u>Efeito da migração no novo plano</u>

A tabela a seguir demonstra, exclusivamente sobre o Plano Básico, a conciliação da posição do passivo atuarial líquido antes das alterações regulamentares e os efeitos da migração:

	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015 - antes da migração	30 de setembro de 2015 - depois da migração	31 de dezembro de 2015
Valor justo dos ativos financeiros Valor presente das obrigações atuariais	103.901	110.523	57.488	57.587
de benefícios definido	(97.562)	(104.812)	(53.378)	(47.957)
Superávit/(déficit)	6.339	5.711	4.110	9.630
Teto do ativo	(6.339)	(5.711)	(4.110)	(9.630)
Atuarial líquido	-	-	-	-

Os direitos e obrigações dos participantes que optaram pela migração resultaram nas seguintes movimentações.

Valores transferidos relacionados aos ativos financeiros	(53.035)
Valores transferidos relacionados às obrigações atuariais	53.035
Perda atuarial relacionada à liquidação das obrigações atuariais	1.601
Despesa reconhecida no resultado da companhia	1.601

A perda atuarial relativa à liquidação das obrigações de benefício definido refere-se às distinções de métodos e premissas entre os compromissos atuariais calculados para fins de contabilização e aqueles calculados para fins de financiamento do plano que seguem todo o arcabouço regulatório previsto nas normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Os efeitos contábeis relacionados à nova configuração do Plano Básico não afetaram as demais obrigações pós-emprego da Companhia (Multa do FGTS e Assistência Médica).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

c) Resultados contábeis atuariais

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695/12, e ela é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Plano de previdência

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais	47.957	97.562
Valor justo dos ativos	(57.587)	(103.901)
Superávit	(9.630)	(6.339)
Efeito do teto do ativo	9.630	6.339
Passivo atuarial líquido	-	-

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	97.562	82.318
Efeitos da migração no novo plano	(53.035)	-
Perda atuarial de ajustes - efeito da migração no novo plano	1.601	=
Custo de serviço corrente	1.640	1.435
Custo financeiro	9.193	9.520
Contribuições dos participantes do plano	14	21
Perdas atuariais - experiência	2.426	3.386
Perdas/ ganhos atuariais - premissas financeiras	(6.040)	6.527
Benefícios pagos sobre ativos do plano	(5.404)	(5.645)
Saldo em 31 de dezembro	47.957	97.562

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício anterior	103.901	96.891
Efeitos da migração no novo plano	(53.035)	-
Receitas de juros sobre os ativos do plano	(522)	(1.570)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	9.969	11.411
Contribuições do empregador	2.664	2.793
Contribuições dos empregados	14	21
Benefícios pagos	(5.404)	(5.645)
Saldo em 31 de dezembro	57.587	103.901

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

c) Resultados contábeis atuariais--Continuação

A movimentação do passivo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido	3.103	1.283
Contribuições da patrocinadora	(2.664)	(2.793)
Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de		
teto do ativo no período	(439)	1.510
Passivo atuarial líquido	-	-

As despesas atuariais reconhecidas no exercício de 2015 e a projeção para essas despesas no ano seguinte, referentes ao plano de benefício, estão demonstradas a seguir:

	2015	Projeção 2016
Custo de serviço corrente	1.640	53
Custo financeiro	9.193	6.069
Perda atuarial de ajustes - efeito da migração no novo plano	1.601	-
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(9.969)	(7.368)
Despesas de juros	638	1.279
	3.103	33

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Pagamentos estimados
4.589
4.829
5.047
5.352
5.681
32.459

Outros dados acerca do plano:

Quantidade de participantes	2015	2014
Ativos	8	457
Vested	9	6
Aposentados	94	109

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

c) Resultados contábeis atuariais--Continuação

Plano de saúde

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	2.308	584
Custo de serviço corrente	93	-
Custo financeiro	236	61
Ganhos atuariais - experiência	93	26
Ganhos atuariais - premissas financeiras	(161)	68
Benefícios pagos sobre ativos do plano	-	-
Benefício pago diretamente pela Companhia	(541)	(309)
Custo de serviço passado	-	1.878
	2.028	2.308

A obrigação atuarial relacionada ao plano de saúde não possui ativos financeiros como garantia. A movimentação do passivo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	2.308	584
Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido e		
custo de serviço passado	329	1.939
Contribuições da patrocinadora	(541)	(309)
Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais e	• •	. ,
variação de teto do ativo no período	(68)	94
	2.028	2.308

As despesas atuariais reconhecidas no exercício de 2015 e a projeção para estas despesas no ano seguinte, referentes ao plano de benefício, estão demonstradas a seguir:

Draigaão

		Projeção
	2015	2016
Custo de serviço corrente	93	82
Custo financeiro	236	228
	329	310

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

c) Resultados contábeis atuariais--Continuação

Plano de saúde--Continuação

A seguir apresentamos a estimativa de pagamento de benefícios para os próximos 10 anos:

	Pagamentos estimados
31/12/2016	652
31/12/2017	231
31/12/2018	206
31/12/2019	239
31/12/2020	259
31/12/2021 a 31/12/2025	1.477

Outros dados acerca do plano:

Quantidade de participantes	2015	2014
Ativos	427	451
Aposentados	51	57

Benefícios rescisórios - multa do FGTS

Em 10 de maio de 2004 foi aprovada pela diretoria da Companhia a política corporativa de desligamento de funcionários que inclui o desligamento compulsório de funcionários com regime de trabalho em horário administrativo quando atingir a idade limite de 62 anos e funcionários com regime de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento quando atingir a idade limite de 60 anos. Nesses casos, a política define o pagamento de todas as verbas rescisórias normalmente pagas no desligamento de funcionários, inclusive a multa rescisória de 50% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

c) Resultados contábeis atuariais--Continuação

Benefícios rescisórios - multa do FGTS--Continuação

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	19.026	21.351
Custo de serviço corrente	1.159	1.004
Custo financeiro	1.954	2.247
Perdas atuariais - experiência	1.376	509
Ganhos atuariais - premissas financeiras	(1.433)	621
Benefício pago diretamente pelo empregador	(5.417)	(6.706)
	16.665	19.026

A movimentação do passivo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	19.026	21.351
Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido		
e custo de serviço passado	3.056	4.381
Contribuições da patrocinadora	(5.417)	(6.706)
	16.665	19.026

As despesas atuariais reconhecidas no exercício de 2015 e a projeção para estas despesas no ano seguinte, referentes ao plano de benefício, estão demonstradas a seguir:

	2015	Projeção 2016
Custo de serviço corrente Custo financeiro	1.159 1.954	1.040 2.004
Ganhos e perdas atuariais	(57)	-
•	3.056	3.044

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

c) Resultados contábeis atuariais--Continuação

Benefícios rescisórios - multa do FGTS--Continuação

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

	Pagamentos estimados
31/12/2016	3.426
31/12/2017	1.571
31/12/2018	2.235
31/12/2019	3.036
31/12/2020	3.381
31/12/2021 a 31/12/2025	15.360

Outros dados acerca do plano

A quantidade de empregados ativos beneficiários desses benefícios totaliza 457 (31/12/2014 - 430).

d) Análise de sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresentamos a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

d) Análise de sensibilidade--Continuação

		Plano de previdência	1		
Descrição da premissa	Dados considerados no laudo atuarial 2014	Dados considerados no laudo atuarial 2015	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2014	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2015
Taxa de desconto	12,27%	14,29%	Aumento de 1%	(10.017)	(3.582)
Taxa de desconto	10,27%	12,29%	Redução de 1%	12.161	4.147
Tábua de mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	1.484	734
Tábua de mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	(1.715)	(874)
		Plano de saúde			
Descrição da premissa	Dados considerados no laudo atuarial 2014	Dados considerados no laudo atuarial 2015	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2014	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2015
Taxa de desconto	12,27%	14,42%	Aumento de 1%	(106)	(90)
Taxa de desconto	10,27%	12,42%	Redução de 1%	`121 [′]	102 [´]
Tábua de mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	5	5
Tábua de mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	(5)	(5)
		Benefícios rescisório	s		
Descrição da premissa	Dados considerados no laudo atuarial 2014	Dados considerados no laudo atuarial 2015	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2014	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2015
Taxa de desconto	12,27%	14.40%	Aumento de 1%	(966)	(815)
Taxa de desconto	10,27%	12.40%	Redução de 1%	1.087	914
Tábua de mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	48	41
Tábua de mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	(48)	(41)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

25. Capital social

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$840.000.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$384.331, está composto de ações nominativas escriturais, com a seguinte distribuição:

	Quantidade de ações em milhares
	2015 e 2014
Ações ordinárias	27.850
Ações preferenciais Classe A	2.591
Ações preferenciais Classe B	53.109
	83.550

c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre a parcela de capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 2.921.547 ações em tesouraria com valor contábil correspondente a R\$14.879 e valor de mercado em 31 de dezembro de 2015 de R\$12.803 (31/12/2014 - R\$13.790).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

26. Reservas de lucros

	Reserva legal	Reserva especial para dividendos	Reserva de retenção de lucros	Reserva para investimento	Reserva de lucros a realizar	Total
Em 31 de dezembro de 2013 Constituição (utilização) de	19.852	19.852	65.501	-	267.203	372.408
Reservas	3.280	3.280	-	43.453	(4.294)	45.719
Em 31 de dezembro de 2014	23.132	23.132	65.501	43.453	262.909	418.127
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados Constituição (utilização) de	-	-	-	32	-	32
reservas	4.391	4.391	-	58.191	(4.293)	62.680
Em 31 de dezembro de 2015	27.523	27.523	65.501	101.676	258.616	480.839

Os saldos das reservas de lucro, exceto para contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar não poderão ultrapassar o valor do capital social.

a) Reserva legal

Constituída com base no art. 193 da Lei nº 6.404/76. Nessa reserva, apropria-se de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir os limites fixados pela legislação societária.

b) Reserva especial para dividendos - estatutária

Constituída com base no artigo 33 (v) do estatuto social da Companhia. Essa reserva tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar se aplicável o pagamento antecipado do dividendo obrigatório.

À reserva especial para dividendos é destinado, anualmente, 5% do lucro líquido do exercício. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas. O saldo desta reserva não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reserva para investimentos - estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no artigo 33 (vi) do estatuto social da Companhia. Sua finalidade é assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

26. Reservas de lucros--Continuação

d) Retenção de lucros

Registrada conforme artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Constituída mediante a retenção do lucro líquido, após constituição de outras reservas e pagamento de dividendos, com a finalidade de fazer jus ao orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas.

e) Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída com base no artigo 197 da Lei nº 6.404/76.

No exercício de 2013, foram apurados lucros não realizados decorrentes de combinação de negócios em estágios.

A realização desta reserva ocorre conforme a depreciação, amortização ou pela realização efetiva dos ativos reavaliados na combinação de negócios em estágios.

A movimentação da reserva durante os exercícios de 2014 e 2015 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	267.203
Realização da reserva em 2014	
Efeitos de depreciação e amortização de mais-valia de ativos	(6.466)
Efeitos de baixa de mais-valia de ativos	(40)
Efeitos tributários sobre as realizações acima	2.212
Total realizado	(4.294)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	262.909
Realização da reserva em 2015	
Efeitos de depreciação e amortização de mais-valia de ativos	(6.535)
Efeitos de baixa de mais-valia de ativos	(155)
Efeitos tributários sobre as realizações acima	2.233
Outros	164
Total realizado	(4.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	258.616

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

27. Receita operacional líquida

	2015	2014
Receita bruta de vendas		
Mercado interno	1.118.629	1.010.733
Mercado externo	237	6.544
	1.118.866	1.017.277
Deduções da receita bruta		
ICMS	(166.366)	(151.251)
COFINS	(76.364)	(72.481)
PIS	(16.579)	(15.736)
Impostos incidentes sobre vendas e abatimentos	(581)	(1.326)
Receita líquida de vendas	858.976	776.483

28. Despesas por natureza

	2015	2014
Variações nos estoques de matérias-primas, materiais de consumo,		
produtos em elaboração e produtos acabados	(171.338)	(151.885)
Energia elétrica	(149.175)	(113.935)
Despesa com salários e benefícios a empregados	(122.054)	(134.758)
Encargos de depreciação e amortização	(50.306)	(46.909)
Serviços de terceiros	(48.172)	(57.763)
Despesas com fretes de vendas	(71.969)	(82.174)
Outras	(30.258)	(34.340)
	(643.272)	(621.764)
Custo das vendas	(478.026)	(425.820)
Despesas com vendas	(73.409)	(83.791)
Despesas gerais e administrativas	(91.837)	(112.153)

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2015	2014
Resultado líquido na baixa de ativos	(727)	11.580
Impostos recuperados	-	7.514
Outras receitas operacionais	398	467
Reversão (constituição) da provisão para créditos de liquidação		
duvidosa	1.037	(6.701)
Títulos a receber, baixados como incobráveis	(601)	-
Reversão (constituição) de contingências cíveis	(70)	(22.629)
Reversão (constituição) de contingências tributárias	(1)	(2.495)
Reversão (constituição) de contingências trabalhistas	(4.701)	(3.247)
Reversão contingência ambiental	-	664
Provisão de honorários de sucesso	(6.686)	-
Amortização - redução de participação em coligada	(28.020)	-
Outras despesas operacionais	(400)	(377)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(39.771)	(15.224)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

30. Resultado financeiro

	2015	2014
Receita financeira		
Receitas de equivalentes de caixa e TVM	36.923	22.724
Variações cambiais ativas sobre contratos de câmbio -		
exportação	122	(319)
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	3.598	2.940
Outras receitas	1.787	3.680
	42.430	29.025
Despesa financeira		
Juros de empréstimos e financiamentos	(93.056)	(84.639)
Demais encargos sobre empréstimos	(2.149)	(5.190)
Variações cambiais passivas sobre empréstimo	(3.059)	(3)
Variações monetárias sobre empréstimo	(48)	-
Variações cambiais passivas sobre exigíveis no exterior	563	58
Variações monetárias sobre contingências judiciais	(3.096)	(143)
Outras despesas financeiras	(2.453)	(602)
	(103.298)	(90.519)
Resultado financeiro líquido	(60.868)	(61.494)

31. Resultado por ação - básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o resultado atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria Nota 25.d.

	31 de dezembro de 2015				
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade de ações (em milhares)	Ações em tesouraria (em milhares)	Quantidade de ações, exceto as em tesouraria (em milhares)	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	28.372	27.850	(98)	27.752	1,02
Ações Preferenciais Classe A	2.913	2.591	-	2.591	1,12
Ações Preferenciais Classe B	56.548	53.109	(2.824)	50.285	1,12
Total	87.833	83.550	(2.922)	80.628	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

31. Resultado por ação - básico--Continuação

	31 de dezembro de 2014					
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade de ações (em milhares)	Ações em tesouraria (em milhares)	Quantidade de ações, exceto as em tesouraria (em milhares)	Lucro por ação (R\$ por ação)	
Ações Ordinárias	21.187	27.850	(98)	27.752	0,76	
Ações Preferenciais Classe A	2.176	2.591	(55)	2.591	0,84	
Ações Preferenciais Classe B	42.228	53.109	(2.824)	50.285	0,84	
Total	65.591	83.550	(2.922)	80.628		

32. Dividendos

Conforme artigo 34 do estatuto social da Unipar, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os cálculos dos dividendos para os exercícios de 2015 e 2014, assim como as demais destinações do lucro líquido do exercício, são demonstrados a seguir:

a) Dividendos propostos do exercício

-	2015	2014
Lucro líquido ao final do exercício (-) Constituição de reserva legal - Nota 26.a	87.833 (4.391)	65.591 (3.280)
Lucro líquido ajustado	83.442	62.311
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado) Utilização de reserva de lucros a realizar - Nota 26.e	20.860 4.293	15.578 4.294
Dividendos propostos	25.153	19.872
Saldo remanescente a destinar	(62.582)	(46.733)
(-) Reserva especial de dividendos - Nota 26.b	(4.391)	(3.280)
(-) Reserva para investimentos - Nota 26.c	(58.191)	(43.453)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

32. Dividendos--Continuação

b) <u>Dividendos a pagar</u>

	2015	2014
Saldo inicial	20.483	16.091
Dividendos propostos	25.153	19.872
Ajustes	18	-
Pagamentos	(18.796)	(15.480)
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	(32)	-
Saldo em 31 de dezembro	26.826	20.483

As ações preferenciais classe A tem prioridade no recebimento de dividendos. Essa classe de ações recebe a totalidade dos dividendos até o limite equivalente a 10% de rendimento sobre a parcela do capital social constituída por esta classe de ações. Ultrapassado este limite, as demais classes de ações passam a receber dividendos, sendo que as ações preferenciais classe A sempre devem receber, no mínimo, 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

Ultrapassado o limite de pagamento mínimo de dividendos às ações preferenciais classe A, as ações preferenciais classe B e ordinárias passam a receber dividendos. Neste caso, os dividendos pagos às ações preferenciais classe B devem ser 10% superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias.

Seguindo as regras estatutárias, os dividendos por ação propostos a cada classe são os seguintes:

Dividendos propostos por tipo de ação

Tipo de ação	Dividendo por ação	
ON	0,29	
PNA	0,46	
PNB	0.32	

33. Compromissos

A Companhia possui contratos para aquisição de energia elétrica, de longo prazo com vigência até dezembro de 2019 e o montante contratado atualmente é de aproximadamente R\$365.225 (31/12/2014 - R\$456.975).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

34. Obrigações com arrendamento mercantil

A Companhia possui arrendamento mercantil operacional de seu escritório-sede. O contrato possui cláusula de multa em caso de quebra contratual, equivalente a três meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esse contrato em 31 de dezembro de 2015, o montante da multa seria de R\$281 (31/12/2014 - R\$300).

Esta obrigação de arrendamento operacional é apresentada no quadro a seguir, como requerido pelo CPC 6 (R1).

	2015	2014
2015	-	1.200
2016	1.080	1.200
2017	1.080	1.200
2018	630	800
	2.790	4.400

35. Transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa e recomendadas e / ou exigidas pela legislação. Todas as decisões acerca das operações são submetidas à Administração, conforme competências definidas pelo nosso Estatuto Social. Assim, as operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram submetidas aos órgãos decisórios da nossa Companhia, conforme as regras vigentes.

As operações e negócios com partes relacionadas, quando realizadas, seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições, obedecendo ao estrito interesse de cada empresa em sua realização, não gerando qualquer benefício ou prejuízo à Companhia, em detrimento das demais partes relacionadas ou partes independentes.

A Companhia é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações, que detém 57,30% das ações ordinárias da Sociedade. Os 42,70% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está a seguir demonstrada:

	2015	2014
Benefícios de curto prazo a administradores	10.674	10.256

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

35. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração--Continuação

Não houve pagamentos de benefícios pós-emprego, de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

As operações com a parte relacionada Tecsis estão listadas nas demais notas explicativas destas demonstrações financeiras.

36. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. Eventos subsequentes

Em 06/02/2016 e 14/02/2016, o jornal A Folha de São Paulo ("FSP") publicou matérias relacionadas ao Sr. Frank Geyer Abubakir, controlador da Vila Velha S.A. Administração e Participações e ex-presidente executivo da Unipar. Segundo as notícias publicadas, o Sr. Frank teria firmado um acordo de colaboração com o Ministério Público Federal, a fim de contribuir com as investigações da Polícia Federal, que tem como principal foco as investigações de diversas empresas e instituições relacionadas à Petrobrás.

Tendo se deparado com tais notícias (ainda que referente a período em que a Unipar era sócia da Quattor), a Administração da Unipar tomou determinadas medidas, a fim de tentar esclarecer internamente o teor das notícias e analisar eventuais impactos das mesmas, em suas demonstrações financeiras e na estrutura de controles internos.

Dentre as medidas cabíveis, a Administração da Unipar, mediante a contratação de auditores e peritos independentes, conduziu uma investigação interna, de conhecimento dos auditores de nossas demonstrações financeiras. Como resultado, com relação à Unipar, não foram identificados fatos que pudessem esclarecer as notícias veiculadas na FSP, ou ainda, ensejar que os fatos mencionados nas notícias tivessem impactado as demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de emissão dessas demonstrações financeiras, a investigação encontra-se substancialmente concluída. Todavia, a administração da Unipar incluirá o monitoramento do referido assunto em suas rotinas de controles internos.